

## Persistir é preciso



**Começamos a navegar de novo, lentamente, em direção a águas mais tranquilas**

**D**e depois da tempestade da desvalorização cambial, parece que, finalmente, o País começa a reencontrar seu rumo. O caminho à frente, entretanto, não vai ser nada fácil. É muito provável que, nos próximos meses, as pressões para mudanças significativas da política econômica sejam cada vez mais fortes. Reindexação é apenas um dos riscos.

Talvez o maior e o mais iminente, mas não é único. Outras “soluções mágicas”, recendendo a protecionismo e intervencionismo estatal, serão quase que certamente retiradas do velho baú por aqueles que delas sempre se beneficiaram. Política industrial, mercado interno, moratória soberana serão provavelmente bordões constantemente repetidos. Isso sem contar com o já tradicional “fora FMI”.

O governo deve resistir a essas tentações, pois a alternativa é o caos. A política de austeridade é fundamental para que recobremos alguma parcela da credibilidade perdida. Não é, como alguns imaginam, um exercício de masoquismo nestas épocas em que a Tiazinha foi promovida a ídolo nacional. Longe disso, trata-se de fazer aquilo que seria necessário, com ou sem FMI, com ou sem desvalorização cambial.

A chave principal para sair desta situação crítica em que nos metemos é o ajustamento das contas públicas. A coisa é simples. Se um governo gasta permanentemente mais do que arrecada, só tem dois caminhos: ou fabrica dinheiro, ou seja, gera inflação; ou toma dinheiro emprestado, gerando contínuos acréscimos da dívida pública. Em ambos os ca-

sos, corrói seu ativo principal, que é a credibilidade, pagando por isso os olhos da cara em termos de juros. Arma-se, dessa forma, a armadilha dos juros, em que, para continuar atraindo capitais, se aumentam os juros, que, por sua vez, realimentam o déficit do setor público.

Enquanto era possível contar com recursos externos para financiar

a farra de consumo e, ainda assim, manter o nível de investimentos num patamar medíocre, foi como se pudesse existir o milagre de uma estabilização sem custos. Com a crise asiática e russa o sonho acabou. Mas, é bom que se diga, apenas acabou mais cedo, pois acaba-

ria de qualquer maneira. Pior ainda, quanto mais tarde, mais doloroso seria o ajustamento.

Em resumo, apesar das vacilações e desencontros, voluntária ou involuntariamente, o governo acabou pilotando bem a crise, pelo menos até agora. A sensação desagradável de que há um certo marasmo na condução da política econômica pode, no final das contas, indicar boas novas. Lentamente, o câmbio volta ao seu ponto de equilíbrio. A balança comercial se recupera, fruto mais de uma brutal compressão nas importações do que de uma reação das exportações. O pacote de socorro capitaneado pelo FMI parece afastar a temida falta de cumprimento de nossas obrigações de curto prazo em moeda forte. Recuperam-se, pouco a pouco, as linhas de crédito internacionais, sem o que não há comércio exterior eficiente. Após um soluço inflacionário, ao que tudo indica, não haverá

uma explosão do nível de preços, mesmo porque a demanda interna dá sinais de desaquecimento. É claro que o desemprego aumentará, sim, mas não há indícios de um quadro catastrófico no futuro próximo. Em resumo, começamos a navegar de novo, lentamente, em direção a águas mais tranquilas.

O importante agora é perseverar, jamais recuar, até mesmo aprofundando os processos de reforma da economia brasileira. Muito já foi feito, mas há muito ainda a fazer para tirar a economia brasileira da desordem. Para começar, o ajuste fiscal tem de prosseguir para valer, inclusive abrangendo os Estados e municípios. A chamada reforma da Previdência não passou de um primeiro ajuste; afinal, em relação ao cavalor déficit do INSS, praticamente nada foi feito. Na área tributária, temos um amontoado de impostos, taxas e contribuições sem nenhuma racionalidade que não a voragem de recursos de um Estado perdulário – o recente aumento da CPMF é apenas o último episódio que demonstra esse fato. Nas relações do trabalho ainda temos leis e instituições que remontam aos tempos da ideologia fascista. Enfim, é necessário um novo projeto de país para que entremos com o pé direito no próximo século.

Sobre os alicerces do ajustamento cambial e fiscal é necessário redefinir um novo Brasil, mais competitivo, mais eficiente e, acima de tudo, mais justo. Algum sofrimento é inevitável, mas tenho a sensação de que, ao menos no campo econômico, o pior já foi deixado para trás. Cabe agora esperar por uma condução política eficiente dos muitos desafios que se avizinham nessa área, para que não venhamos, mais uma vez, a desperdiçar o esforço já feito.

